

O PROGRAMA PROJOVEM ADOLESCENTE EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - DESAFIO DA INSERÇÃO SOCIAL

PROJOVEM TEENAGER IN THE PROGRAM OF CACHOEIRO ITAPEMIRIM - CHALLENGE OF SOCIAL INCLUSION

PINHEIRO, Cláudia Aparecida Vieira

Professora e Gestora Escolar, na Rede Municipal de Ensino de Cachoeiro de Itapemirim;
Especialista em Gestão, Inspeção, Supervisão e Orientação Escolar; Especialista em
Psicopedagogia Clínica e Institucional; Especialista em Gestão Pública Municipal; Mestranda
em Políticas Sociais: Educação, Política e Cidadania da Universidade Estadual Norte
Fluminense - UENF.

claudiapinheiropgm@gmail.com ou claudiavieira1999@hotmail.com.

RESUMO

O presente artigo versa sobre implementação do Programa PROJOVEM Adolescente em Cachoeiro de Itapemirim, de modo a analisar se o funcionamento e as práticas adotadas vão de encontro às características apregoadas pelo governo federal, no tangente das ações de políticas públicas voltadas para adolescência e juventude no País. Este trabalho visa avaliar se o Projovem atende realmente as demandas sociais em relação à inserção social destes adolescentes em condições de vulnerabilidade social em contraposição ao exercício pleno de sua cidadania. Neste aspecto cabe compreender a realidade destes jovens e as dificuldades de inserção que se deparam às suas realidades, procurando evidenciar os desafios presentes quanto aos resultados esperados não só em relação aos beneficiários do Projovem, mas, na implementação do próprio programa no âmbito do município.

Palavras Chaves: Projovem Adolescente; Inserção Social; Cidadania.

ABSTRACT

This article focuses on a reflective implementation of the Program in Adolescent PROJOVEM Itapemirim, in order to analyze the functioning and practices adopted will meet the features touted by the federal government, the tangent of the actions of public policies aimed at teens and Youth in the Countr. This study aims to evaluate whether the Projovem actually meets social demands in relation to social inclusion of adolescents in conditions of social vulnerability as opposed to the full exercise of their citizenship. In this respect it is to understand the reality of these young people and integration difficulties encountered by their realities, seeking to highlight the challenges and present the expected results not only in relation to the beneficiaries of Projovem, but the implementation of the program itself within the municipality.

Keywords: Adolescent Projovem; Social Inclusio; Citizenship.

1. INTRODUÇÃO

Toda trajetória histórica em torno das políticas sociais no Brasil principalmente nas duas últimas décadas foram permeadas por muitas transformações sociais e econômicas que acentuavam cada vez mais a pobreza latente do País. Estas transformações de certa forma sempre foram conflitantes com o discurso de cidadania e garantia de direitos iguais a todos. Com isso é notório a ênfase que tem se dispensado às políticas Públicas que visam garantir direitos mínimos à população que vive em situação de segregação socioeconômica. No âmbito das inovações nas/das políticas públicas de assistência social destinadas a adolescentes e jovens destacam-se alguns aspectos históricos e legais na atualidade, políticas essas que de modo geral se objetivam a garantir direitos e o exercício da cidadania, num contexto de incertezas nos quais está inserida a grande maioria dos jovens atendidos pelo Projovem adolescente. Neste cenário tem se constituído todo o aparato legal que legitima a implementação das Políticas Públicas, desde a própria carta magna de 1988, às legislações criadas para regulamentar e garantir os direitos constitucionais principalmente quanto à assistência (LOAS), à saúde (SUS), o acesso a educação (LDBEN), às crianças e aos adolescentes (ECA). No entanto, ainda que diante de toda essa teia de regulamentações e aspectos legais que se entrelaçam em busca de soluções, há uma perpetuação do abismo da desigualdade socioeconômica no Brasil.

Diante de todo esse quadro, considerados um público propenso a vulnerabilidade e em risco social, os jovens pobres, pertencentes a classes sociais menos favorecidas são em sua maioria grandes vítimas das mazelas sociais, da exclusão no mercado capitalista, além de estarem relacionados aos problemas da violência e drogas e este número cada dia ganha mais proporção.

Um dos grandes desafios e demandas sociais hoje é criação de políticas públicas para a juventude, e no Município de Cachoeiro de Itapemirim, não diferente do restante do País, apesar de todo o discurso de diversidade em relação à temática da juventude tal debate não ganha menos destaque.

Dando início em 2004/2005, o Governo Federal inicia a construção de uma Política Nacional de Juventude com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Projovem - programa de atendimento aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

O PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) acompanha as mais recentes tendências no âmbito das políticas públicas de assistência social destinadas aos

jovens no Brasil e nos permite refletir sobre a amplitude em torno das políticas voltadas a adolescência e à juventude, a partir de determinantes e possibilidades histórico-sociais.

O PROJOVEM Adolescente, alvo principal deste trabalho, é um dos quatro eixos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, lançado em setembro de 2007 pela Presidência da República, para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (BRASIL, 2008), e destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros. Seu foco principal é o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a inserção e reinserção dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino, bem como no mundo do trabalho.

Se considerarmos que a existência do programa possa ser meramente reprodutora de práticas assistencialistas e compensatórias, a própria maneira do programa se relacionar com os jovens/adolescente dificilmente leva em conta as particularidades e diversidade da juventude, como desejado pela instância federal, e assim, dificilmente promove práticas realmente transformadoras. Em caso contrário, como acontecem as práticas transformadoras e que particularidades supõem? São alguns pressupostos a serem explicitados nesse trabalho, cuja intenção não está em esvaziar e tampouco finalizar a discussão a respeito desse tema, mais trazer a tona inquietações que venham contribuir para estudos posteriores.

Neste sentido com propósito de contribuir para o entendimento é contemplado neste trabalho, abordagens teóricas acerca de questões conceituais sobre a juventude, bem como as características dos jovens e os novos arranjos no modo de se conceber e reconhecer a juventude no âmbito das políticas públicas e as preocupações recorrentes aos problemas da juventude especialmente das camadas pobres da sociedade.

Também se buscou explicitar um pouco do contexto socioeconômico do município de Cachoeiro de Itapemirim, como caracterização do campo de pesquisa de forma a compreender o contexto socioeconômico nos quais os jovens/adolescentes alvos dessa pesquisa encontram-se inseridos.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL: EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES PARA OS JOVENS

2.1. CONCEITUANDO JUVENTUDE

Ao longo dos tempos o conceito de juventude foi sendo construído socialmente, foi se remodelando, ganhando novos contornos sociais e legais ao longo de uma história que

perpassa por questões sociais, políticas e econômicas. Constituem-se pela cultura, pelas mudanças sociais, variando cronologicamente de acordo com os arranjos sociais.

Nas sociedades clássicas greco-romanas a juventude se referia a uma idade entre os 22 e os 40 anos. Cujos conceitos estão ligados à etimologia da palavra “Juvenis” que vem de “aeoum”, que etimologicamente é “aquele que está em plena força da idade”.

Hoje, não só no que dizem respeito à idade, mais ao biológico, ao psicológico, levando-se em conta como um período decisivo para a idade adulta. Um período também de transformações sociais e econômicas marcantes para sua independência e estas demandam principalmente sua inserção no mercado de trabalho, além de um período de formação da identidade juvenil para a adulta.

De modo geral o conceito de juventude refere-se ao período da vida entre a infância e a idade adulta - adolescência, mocidade (Rios, p.313, 2010), período considerado entre a transição da condição de dependência para a autonomia. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu art. 2º “considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” e somente em casos excepcionais a lei se aplica de 18 a 21 anos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica a juventude em dois períodos, o da adolescência – dos quinze aos dezoito anos - e o da juventude propriamente dita - após os dezoito anos. Considerando que somente a partir dos 16 anos os jovens podem legalmente serem inseridos no mercado de trabalho.

A juventude é compreendida como um período de construção de nova identidade, como uma etapa transitória de inserção na vida social.

Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos são as falhas nesse desenvolvimento e os ajustes que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como ‘problema’, como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. (ABRAMO, 1997, p. 29)

2.2. POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE

Na trajetória da sociedade contemporânea brasileira, é muito recente o enfoque dispensado acerca da juventude¹, que após um longo período histórico de negligência, passa a ser foco de reflexões e discussões tanto no cenário acadêmico quanto no político do Brasil, fazendo parte hoje das agendas para o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude.

¹ Juventude, neste artigo, refere-se desde a adolescência à juventude adulta propriamente dita.

Apesar do crescimento da população jovem e do agravamento das questões sociais ligadas diretamente à juventude, durante muito tempo foi irrelevante a problematização dos direitos dos jovens, além do foco das mobilizações e preocupações terem sido centrados nas crianças e adolescentes e com isso durante um longo período, no âmbito das decisões nas políticas públicas a juventude esteve sem um espaço de discussão sem uma identidade própria, tendo sido durante um tempo desconsideradas na sociedade.

De acordo com Rua (2009), “Políticas Públicas referem-se à formulação de propostas, tomadas de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos”.

Somente a partir da última década é que se começam destacar rumores no campo das políticas públicas específicas para a juventude e nesse momento considera-se que o País dá um salto e fazem-se emergir ações voltadas para esse segmento da sociedade, através de políticas públicas compensatórias – que são políticas públicas criadas pelo Estado no intuito de reduzir as desigualdades e se definem como uma espécie de compensação do Estado à população mais segregada socioeconomicamente.

Todas as reflexões abarcando os jovens, como parte da sociedade civil, como sujeitos de direitos e de cidadania, nos reportam à Constituição Federal de 1988 que estabelece a garantia de direitos mínimos sociais e marca na história um passo importante no que trata à conquista dos direitos sociais e ainda amplia os debates em busca de condições cidadã para todos.

Os debates sociais cresceram e logo após a promulgação da Constituição Federal, aprovou-se o estatuto da criança e do adolescente (ECA), que veio traçar uma nova visão sobre esse público, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, porém, ainda que esse segmento da população tivesse seus direitos assegurados em constituição, isso não significou sua concretização, uma vez que apenas partes da categoria, os adolescentes, teriam através do Estatuto, seus direitos assegurados. Daí começa serem traçados novos conceitos de juventude, não apenas restritas a condição de ser jovem, mais de serem entendidos em sua totalidade e especificidade da idade.

Para Groppo,

A juventude é construída, do século XIX ao início do século XX, através de instituições preocupadas com a proteção dos indivíduos ainda não maduros e diagnosticados em suas fragilidades ou através de instituições interessadas na potencialização das capacidades desses indivíduos, entre os quais as instituições escolares, as ciências modernas, o direito, o Estado e mundo do trabalho industrial. (GROPPO; 2000, P. 77).

Segundo Costa com base em Carvalho (2002, pág. 23), o aumento da pobreza ocorrido nas últimas décadas, aliada à redemocratização e mobilização da sociedade civil, recolocou na agenda política e social os temas do combate à pobreza, da reforma da assistência social e das políticas para infância e adolescência no Brasil, o que vem gerando importantes mudanças nas políticas sociais, além de suscitar novas questões e desafios. Um desses desafios passa pela questão da criação de políticas públicas para a juventude.

Ainda que, no início dos anos 1990, esse segmento da população tivesse seus direitos assegurados em constituição, isso não significou a pronta concretização destes. Rua (1998), citada por Spósito e Carrano *apud* Fávero (2007), afirma que naquela conjuntura as políticas de educação, saúde e trabalho não estavam contemplando ações especialmente voltadas para os jovens, sobretudo a nível federal.

Nos últimos dez anos, no entanto, começam a ocorrer mudanças no debate público acerca da juventude no Brasil, relacionados às condições de segregação socioeconômicas, a pobreza e concentração de renda presentes no Brasil, bem como, “os problemas na área da saúde, segurança pública, trabalho e emprego, deram a materialidade necessária para se começar a pensar em políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem evitados e combatidos” (SPÓSITO e CARRANO *apud* FÁVERO, 2007).

Por essas razões, o grande tema que ocupa a constituição de uma opinião pública em torno dos jovens no Brasil sempre teve suas origens na violência, sobretudo nos centros urbanos. A temática do desemprego, das condições subumanas, fortalecida no fim da década de 1990, não rompe de modo fundamental com o campo simbólico anterior, aparecendo como um problema social por levar os jovens a uma ociosidade forçada, propiciadora de um tempo livre perigoso, que os aproximaria, inevitavelmente, das condutas criminosas, sobretudo aquelas ligadas ao tráfico de drogas ilícitas (cf. CORROCHANO E GOUVÊA, 2003).

Considerando a imensa população adolescente/jovem na atualidade, bem como as mazelas socioeconômicas nas quais a sua grande maioria estão inseridas, as necessidades advindas da situação de pobreza, a exclusão e vulnerabilidade social, associado às necessidades peculiares do desenvolvimento dos jovens em seu ciclo de vida e visando contribuir para a inclusão social destes, o Estado passa a direcionar mais o olhar para as questões da juventude, criando políticas públicas que visem à redução das condições de segregação social, de vulnerabilidade e risco social. Há nesse sentido a necessidade da criação de uma política pública mais específica e abrangente para a juventude, daí o surgimento da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), implementada em 2004 objetivando fazer um

diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal destinados a esse público.

A SNJ foi criada por sugestão de um grupo interministerial, e coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que mais tarde recomenda a criação da Secretaria do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), instituídos em 30 de junho de 2005 através da lei 11.129.

O CONJUVE, criado sob a lei 11.129/2005, tem como atribuições formular e propor diretrizes para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre as condições socioeconômicas dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis.

O PROJOVEM, destinado aos jovens de quinze a 29 vinte e nove anos, com objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, a ser desenvolvido por meio das seguintes modalidades, de acordo com a Lei nº 11.692/2008: Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo (objeto deste artigo), Projovem Urbano, Projovem Campo - Saberes da Terra e o Projovem Trabalhador.

De acordo com SPÓSITO e CARROCHANO o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) foi um marco na história das políticas públicas voltadas para a população jovem no Brasil. É apresentado como um componente estratégico da Política Nacional da Juventude. Funciona sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tem como objetivo oferecer oportunidades de elevação da escolaridade, de qualificação profissional e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público (BRASIL, 2005). O Programa foi implantado simultaneamente a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude, o que, segundo o governo federal, representa um novo patamar de políticas públicas voltadas para a juventude do Brasil. Assim, segundo suas palavras:

Investir em uma política nacional com programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil (BRASIL, 2005, pág.5).

2.3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROJovem ADOLESCENTE

Projovem Adolescente – serviço sócioeducativo, uma das modalidades da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que se materializa por meio do SUAS Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destina-se a adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos pertencentes a famílias consideradas segregadas e marginalizadas socioeconomicamente, e àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social², o público do Projovem Adolescente pode se dividir em duas grandes categorias: jovens de famílias do PBF, que por sua condição socioeconômica demandam do Estado ações de proteção social básica, conforme definidas na PNAS; e jovens que em algum momento de suas vidas tiveram direitos violados ou entraram em conflito com a lei, e demandam ou demandaram do Estado ações de proteção social especial. Nesse aspecto aos egressos de medidas socioeducativas e medidas de proteção, bem como egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou vinculados a programas de combate ao abuso e exploração sexual.

O Projovem adolescente é desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social, por meio das Secretarias de Desenvolvimento e Ação Social e tem como objetivo complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições pra inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. De acordo com o art. 19, do Decreto nº 6.629, de 2008, os jovens admitidos no Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, será organizado em grupos e cada um deles constituirá um “coletivo”, “coletivos juvenis”.

O Projovem Adolescente trabalha com três eixos estruturantes: A “convivência social”, “participação cidadã” e “mundo do trabalho”. A essência Programa é traduzida pela convivência social, enquanto serviço socioeducativo de proteção social básica, voltado ao fortalecimento de vínculos relacionais e pertencimento.

A participação cidadã demanda mais do que a convivência social e reconhecimento de direitos, visa o desenvolvimento de potencialidades dos jovens que resultem na sua atuação crítica, protagônica e transformadora na vida pública e no exercício da cidadania ativa.

Já o eixo o mundo do trabalho, é condição vital que possibilita os jovens a sua existência autônoma, é o que estrutura sua identidade, cria um espaço de pertencimento social, é o espaço onde o cidadão se realiza enquanto produtor de si mesmo e de cultura.

² A respeito da condição de vulnerabilidade e risco social, ambos são sinônimos de pobreza, e a diferença é que uma é consequência da outra. É a vulnerabilidade (a condição de vulnerável, de pobreza, de excluídos) que coloca as pessoas em um risco social (nesse caso os adolescentes que diante da condição de excluídos acabam por entrar nas drogas, crimes, entre outros).

Além dos eixos estruturantes o Projovem adolescente aborda seis temas transversais relacionados ao contexto social, político, cultural e econômico em que os jovens estão inseridos: Direitos Humanos e Socioassistenciais, Juventude e Trabalho, Cultura, Meio Ambiente, Saúde, Esporte e Lazer. E as ações socioeducativas são abordadas a partir de cada um desses temas.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este trabalho trata da análise em torno do funcionamento do PROJOVEM Adolescente no município de Cachoeiro de Itapemirim e o desafio da inserção social destes adolescentes considerados segregados socioeconomicamente. E na condução do referido estudo adotou-se em princípio a pesquisa bibliográfica a fim de dar sustentabilidade à base teórica e empírica do trabalho realizado. De igual forma, pesquisa documental, junto ao Conselho Municipal da Juventude e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio das legislações, ações e documentos que apontam avanços e/ou fragilidades envolvendo jovens das camadas mais pobres do município, além de documentos sobre quais as principais políticas públicas adotadas pelo município com intuito de minimizar as situações de vulnerabilidade e risco social nas quais estes jovens estão inseridos, permitiu a coleta de informações reais sobre o assunto e mais sustentabilidade ao conteúdo teórico abordado.

Através de pesquisa de campo foi possível conhecer todos os envolvidos no programa, bem como realizar um período de observação aos momentos de planejamentos de ações com toda a equipe técnica, neste foram realizadas três visitas e outras duas visitas com a coordenadora do Programa no Município, além das observações junto aos coletivos, visando compreender as múltiplas realidades no contexto destes jovens segregados socioeconomicamente e que muitas vezes encontra-se em situação de vulnerabilidade e risco social e como consequência, excluídos socialmente.

As abordagens e método utilizado se efetivaram por meio de estudo qualitativo e a coleta de dados se deu através de entrevista estruturada, com roteiro de 13 questões com perguntas qualitativas (abertas), destinadas integrantes da equipe técnica do programa, Fazem parte desta equipe 08 pessoas, destas 03 responderam o questionário e 07 questões abertas destinadas a adolescentes inseridos no programa, do total de 60 alunos foram aplicados 15 questionários. Os dados obtidos serviram de fundamentação para este trabalho.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

O município de Cachoeiro de Itapemirim, com seus 69 bairros e 10 distritos, está localizado ao sul do Estado do Espírito Santo, tem 145 anos de emancipação política. Atualmente possui uma população de aproximadamente 195.289 habitantes, ocupando a posição de quinta cidade mais populosa do Estado e com uma população jovem na idade de quinze a vinte e nove anos de aproximadamente 50.093 habitantes, de acordo com censo demográfico de 2010.

Considerado o município do Sul do Estado que possui a maior infra-estrutura em relação ao comércio, indústria, educação e prestação de serviços, além de ser considerada hoje, cidade industrial com projeção nacional e internacional, sendo responsável pela maior parte da extração e beneficiamento do mármore e granito do país, acrescentando-se as rochas ornamentais, sendo responsável pelo abastecimento de 80% do mercado brasileiro de mármore. . Destacando-se ainda como polo de desenvolvimento econômico, com indústrias de produtos minerais não-metálicos, vestuário, calçados e Artefatos de Couro em geral, produtos metalúrgicos, alimentação, bebidas, madeiras e construção civil. Além disso, nas diferentes atividades econômicas do Município, destaca-se a agricultura com o cultivo do café; a pecuária, com o queijo tipo minas; a silvicultura e exploração florestal; a reparação de veículos automotores; o comércio de bens e serviços.

Apesar dos avanços citados, no que se refere a condições socioeconômicas da população, não diferente de outras cidades do Brasil, há um enorme abismo entre os dados relacionados ao crescimento econômico e as realidades que exclui as camadas menos favorecidas da população.

Durante a realização da pesquisa, verificou-se a existência de projetos realizados pelo município de atenção às questões relacionadas, com implementação de políticas de combate e de diminuição a exclusão social, quer seja através das políticas públicas propostas pelo governo federal, ou através das articulações com programas implementados por demais organizações da sociedade civil organizada. E estas políticas são aplicadas por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES).

A SEMDES trabalha na prestação de serviços sociais que conduzam ao desenvolvimento da cidadania, dos direitos humanos e das comunidades. É sua atribuição combater as conseqüências geradas pela pobreza, como a exclusão social, garantindo acesso a políticas públicas na área da educação, saúde, cultura, esporte e lazer. A ela compete organizar a rede de atendimento social do município, executar programas e projetos desenvolvidos pela

prefeitura e acompanhar as ações da rede pública e filantrópica de assistência social, liberando recursos financeiros e humanos para que desenvolvam suas atividades. Algumas ações são destaque nesse campo como ações de proteção da família, maternidade, infância, adolescência, juventude e do idoso.

Neste sentido, o município vem oferecendo atendimento a pessoas em situação de risco social e desenvolvendo ações, serviços e projetos sociais nas áreas de trabalho, renda e economia solidária, de atenção às questões da pobreza, das desigualdades, especialmente com foco na adolescência e juventude, com implementação de políticas de combate e de diminuição a exclusão social, quer seja através das políticas públicas propostas pelo governo federal, ou através das articulações com programas implementados por demais organizações da sociedade civil organizada. Tais ações estão contidas no Plano Municipal de Assistência Social, elaborado pela Secretaria Municipal de ação Social. Porém, muitos são os percalços que se apresentam quanto sua efetivação e aplicabilidade destes projetos.

No intuito de limitar o escopo da pesquisa, este trabalho teve um recorte, detendo-se estudar os jovens adolescentes inseridos no programa Projovem adolescente no âmbito do município.

3.2. EVIDENCIANDO O PROJOVEM NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

O PROJOVEM adolescente em Cachoeiro de Itapemirim é um serviço sócio educativo que integra as ações de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Foi implementado no município tendo como local de funcionamento dos Coletivos Juvenis os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos bairros Jardim Itapemirim, Village e União, sendo que no Village o CRAS não tem sede, funcionando em um espaço cedido e que por hora encontra-se em péssimas condições de funcionamento, com muitas filtrações e sem energia.

O Projovem adolescente objetiva complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, dando condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Este, conta incentivo do governo federal quanto ao repasse direto de verbas, obedecendo ao número de jovens atendidos. Tem sido gradativo o número de beneficiados do programa no município, já foram

atendidos uma média de 120 adolescentes e hoje tem um atendimento a 60 Adolescentes com faixa etária de 15 a 18 anos.

Desta forma, a implementação desse programa no município leva algumas considerações que abrangem vários aspectos, como a inserção dos alunos, o modo e local de funcionamento do programa, entre outros. Principalmente se considerarmos que a constituição dos coletivos de jovens participantes é muito importante, pois é nesse espaço que estes se envolvem em sua comunidade de forma positiva, buscando e contribuindo em conjunto para superação das dificuldades ou deveriam se envolver, mais que diante de tantos empecilhos permanecem na condição de segregados.

O projovem adolescente se concretiza no município após o término do programa agente jovem, mais especificamente no ano de 2009. Os responsáveis diretos pelo programa no município são a Secretária municipal de desenvolvimento social e a coordenadora de atenção à juventude, tendo ainda outros cinco profissionais, que realizam os trabalhos nos CRAS do município.

Quanto à divulgação do programa, este acontece através de panfletagem, divulgação junto aos CRAS, a lideranças comunitárias, a escolas municipais e estaduais, por meio da secretaria de comunicação. Porém os responsáveis pelo programa notam a falta de envolvimento e comprometimento por parte desses interlocutores no intuito de desmistificar para a sociedade o caráter de que o programa não passa apenas de mais uma “política compensatória”, que não traz soluções e benefícios e que de nada resolveriam.

Dos adolescentes já atendidos pelo programa não há por parte do programa um acompanhamento de sua vida social, não sendo possível um aprofundamento no âmbito do município sobre a influência do programa posteriormente na vida dos que aqui tiveram e se de fato estão inseridos socialmente.

Para os técnicos do programa as principais dificuldades quanto à realização dos trabalhos, está no envolvimento da comunidade, na precariedade quanto ao funcionamento, na estrutura física, na falta de envolvimento de parceiros.

Quanto aos adolescentes atendidos no projovem, todos se encontram em defasagem escolar, alguns são advindos de determinação judicial, para cumprimento de medidas sócio-educativas e todos estão na condição de vulnerabilidade e risco social. Para eles, os principais fatores que interferem no convívio social, é a exclusão social e estes vêm no projovem uma oportunidade de cidadania, um incentivo aos estudos, um lugar longe da violência, das drogas e da criminalidade, uma possibilidade de serem incluídos socialmente, mesmo diante de todas as dificuldades quanto ao funcionamento do programa.

As ações do projovem têm participação de todos os envolvidos, inclusive os adolescentes que participam no planejamento e execução dessas ações, estas são discutidas nos coletivos e somente após participação de todos se concretizam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho foi um desafio, que se concretizou a partir de uma inquietude em relação às dificuldades observadas no contexto que se inserem os jovens/adolescentes pobres das sociedades nos dias atuais, mais especificamente das realidades observadas na juventude dentro do contexto municipal. Cujas temáticas se objetivou antes de tudo fundamentar-se teoricamente sobre o Programa Projovem Adolescente e avaliar o referido programa no âmbito do município e de que modo estes vem contribuir para a inserção social destes jovens à sociedade. Percebeu-se que os esforços sociais em busca de mudanças são de fato urgentes e necessários no tangente ao atendimento às populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social e é justificável que busquem a garantia de direitos mínimos sociais de cidadania através de políticas públicas mais focadas às reais necessidades de dada população, nesse caso, dos adolescentes jovens. Porém logo de início percebeu-se que não basta apenas o governo federal criar programas e exigir a implementação por parte das instâncias municipais, e de igual forma não basta ao município apenas a sua implementação, se estas não estiverem totalmente entrelaçadas à participação da população.

Com o referido estudo foi possível examinar de que forma os problemas socioeconômicos dos jovens influem em suas aspirações na busca por melhores condições e conseqüentemente à busca de ascensão social e a influência dessas condições socioeconômicas, sobre a busca por escolarização, formação profissional e qualificação, considerando que na atual conjuntura socioeconômica brasileira muitas foram às transformações e que novas demandas se estruturaram no cenário econômico, vem influenciando diretamente entre outras coisas, as perspectivas dos jovens das camadas mais pobres da sociedade ao primeiro emprego por exemplo e a esperança no trabalho formal.

Hoje o grande desafio do Sistema único de assistência Social é desmistificar o caráter de simples assistencialismo, caridade, ou simples política compensatória, que ao logo dos tempos veio sendo impregnados aos programas lançados pelo governo.

Por fim, as iniciativas, de implementação de Políticas Públicas existentes são válidas, mais insuficientes para o enfrentamento dos desafios quanto à inserção social de adolescentes pobres, principalmente àqueles sob medida socioeducativa à sociedade e muitos são ainda os

percalços que se apresentam no todo das ações e do programa no município de Cachoeiro de Itapemirim, quanto sua efetivação e aplicabilidade, apesar dos esforços por parte dos envolvidos diretamente com o programa o que se vê é que as características apreçadas e desejadas pelo governo federal nem sempre se efetivam, a exemplo disso, como se falar em inclusão dos jovens em situação de risco e desvantagem social, se um dos locais em que acontecem os momentos com esses jovens- os coletivos, é um espaço cedido e sem energia?

A intenção desta pesquisa não foi esvaziar e tampouco finalizar a discussão a respeito desse tema, mais trazer a tona inquietações que venham gerar estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 29/07/2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 04/08/2012.

BRASIL. **Leis Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 03/08/2012.

BRASIL. **Projovem. Programa Nacional de inclusão de jovens: Educação, qualificação e ação comunitária.** Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Diário Oficial da União:** Lei nº 11.692. Brasília, DF, 2008.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras.** Petrópolis: Vozes, 2003.

CARVALHO, Alysso [et al.]. (Org.). **Políticas Públicas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002. 142 p.

FAVERO, Osmar et al. **Juventude e Contemporaneidade.** Brasília: Unesco, MEC, ANPED 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percorso Histórico Controvertido.** Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, p.1087-1113, out. 2005. Especial.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude:** ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** Planejamento e execução de Pesquisa, Amostras e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, análise e Interpretação de dados. 7ª São Paulo: Atlas, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Diário Oficial do Município.** Disponível em: <<http://www.cachoeiro.es.gov.br/transparencia/diario/2008/diario3180.pdf>> Acesso em 05/08/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Diário Oficial do Município.** Disponível em: <<http://www.cachoeiro.es.gov.br/transparencia/diario/arq/Di%C3%A1rio4046-10.Pdf>> Acesso em 05/08/2012.

RUA, Maria Das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, (Brasília). CAPES 2009. 130 p.

SEGNINI, Lilliana Rolfsen Petirlli. **Educação e Trabalho:** Uma Relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, p.72-81, jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000200011>. Acesso em: 13 maio 2012.

SOARES, Igeez Pinto; SOARES, Swamy de Paula Lima. **Emancipação, juventude e políticas públicas:** o caso do Projovem. ANPED, 2007.

SOLA, Lourdes. Juventude, Política e Sociedade Civil. In CNPD. **Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas.** Brasília: CNPD, 1998, p. 753-768.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação: Associação Nacional de Pesquisadores em educação, São Paulo, n. 24, p.16-39, dez. 2003.

SPÓSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. **A Face Oculta da Transferência de Renda para Jovens no Brasil.** Tempo Social, São Paulo, v. 17, n. 2, p.141-172, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES (Org.). **Programa Projovem Adolescente.** Disponível em: <<http://www.cachoeiro.es.gov.br/site.php?id=notbusca>>. Acesso em: 11 set. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Org.). **Programa Projovem:** Projovem adolescente. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/proteçãobasica/serviços/projovem>>. Acesso em: 11 set. 2011 e 18/05/2012.